

EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A

**GA17
ANALISTA DE GESTÃO –
CONTADOR: PROCESSO
GESTÃO DE AUDITORIA**

CADERNO 2
GABARITO 2
APLICAÇÃO TARDE

Aplicação: 07/Fevereiro

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES

- 1 - A duração da prova é de 5 horas, já incluído o tempo de preenchimento do **cartão de respostas**.
- 2 - O candidato que, na primeira hora de prova, se ausentar da sala e a ela não retornar, será eliminado do processo seletivo.
- 3 - Os três últimos candidatos a terminar a prova deverão permanecer na sala e somente poderão sair juntos do recinto, após aposição em ata de suas respectivas assinaturas.
- 4 - **NÃO** Poderá levar o caderno de questões.

INSTRUÇÕES - PROVA OBJETIVA

- 1 - Confira atentamente se este caderno de perguntas, que contém **60** questões objetivas, está completo.
- 2 - Confira se seus dados e o cargo escolhido, indicados no **cartão de respostas**, estão corretos. Se notar qualquer divergência, notifique imediatamente o fiscal. Terminada a conferência, você deve assinar o cartão de respostas no espaço apropriado.
- 3 - Verifique se o número do Gabarito e do Caderno de Perguntas é o mesmo.
- 4 - Cuide de seu **cartão de respostas**. Ele não pode ser rasurado, amassado, dobrado nem manchado.
- 5 - Para cada questão objetiva são apresentadas cinco alternativas de respostas, apenas uma das quais está correta. Você deve assinalar essa alternativa de modo contínuo e denso.
- 6 - Se você marcar mais de uma alternativa, sua resposta será considerada errada mesmo que uma das alternativas indicadas seja a correta.

AGENDA

- 08/02/2010, divulgação do gabarito da Prova objetiva:
<http://concursos.biorio.org.br>
- 09 e 10/02/2010, recursos contra o gabarito da Prova Objetiva na Internet:
<http://concursos.biorio.org.br> até as 17h
- 24/02/2010, divulgação do resultado da análise dos recursos da Prova Objetiva.

Informações:

Tel: 21 3525-2480 das 9 às 18h

Internet:

<http://concursos.biorio.org.br>

E-mail:

trensurb2009@biorio.org.br

Posto de Atendimento:

Av. Ipiranga nº 1.090 (Colégio Estadual Protásio Alves)

9h às 12h e das 13h30min às 17h

LÍNGUA PORTUGUESA

Jornalismo: profissão específica ou atividade geral?

O que diferencia uma profissão de uma atividade geral? Esta não tem contornos nítidos ou precisos. Pode constituir-se de tarefas as mais diversas, todas relativamente simples. Para realizá-las, quase nunca é necessário um conhecimento mais aprofundado. Seu perfil impreciso permite que praticamente qualquer pessoa possa exercer uma atividade geral. Basta-lhe algum atributo físico ou mental, um pouco de prática, "um certo jeito para a coisa". Nessa constatação, não há menoscabo de sua relevância e nem diminuição da dignidade do trabalho exercido.

Uma profissão é diferente. Geralmente tem raízes em antigas atividades gerais que foram se especializando, com inúmeras tarefas, algumas mais simples, outras mais complicadas. Uma profissão caracteriza-se, fundamentalmente, por constituir um sistema articulado de funções específicas, complexas e complementares entre si. Por isso, sempre exige algum tipo de formação básica, preliminar ao seu exercício. Treinamento e prática são essenciais para complementar a formação; mas esta é indispensável. Atributos pessoais podem contribuir para formar um profissional melhor; mas essas qualidades não prescindem da formação. Há exceções, mas estamos tratando da regra geral.

As sociedades modernas desenvolveram sistemas formais de formação geral e específica em diversos graus e níveis, incumbidos de dar o preparo básico para o exercício de inúmeras profissões. Ao dar esse preparo, o sistema também dá um sinal, uma prova pública de que o preparo foi dado. Esse sinal é chamado de certificado ou diploma, e indica o grau e o nível da formação regular conferida.

Entre as antigas atividades gerais que foram se transformando em profissões específicas está a de jornalismo. Na sua essência, o jornalismo trata da informação. É uma profissão constituída de funções que se destinam a planejar e obter informações do mundo real - físico ou social -, organizar, estruturar e hierarquizar essas informações, explicá-las, analisá-las e interpretá-las, e apresentá-las e difundi-las através de diversos processos, utilizando-se de meios impressos, auditivos, visuais, geralmente combinados entre si.

Não é uma atividade geral, que qualquer um possa fazer. É um processo específico e complexo e que, por isso, exige formação especializada. A tendência histórica provável é que essa especialização aumente: cresce a complexidade tanto do mundo social e físico, que constitui o conteúdo das informações, quanto dos métodos de obtenção, registro e difusão das informações. Por isso modernamente o jornalismo necessita de formação especializada de nível superior; por isso é que surgiram, no interior dos sistemas escolares universitários, os cursos de jornalismo e seus diplomas. Não se trata de um "direito" dos formandos. Trata-se do direito de a sociedade exigir do profissional a prova da sua formação regular, escolar e superior específica.

Supor que outra formação não específica seja igual à de jornalismo significa negar o jornalismo como profissão específica e entendê-lo como atividade geral.

É claro que isso não tem nada a ver com o direito de ter e emitir opiniões. A essência do jornalismo é a informação. O direito de ter e difundir opiniões não é característica nem específica e nem exclusiva do jornalismo. Abarca um campo muito mais vasto, que é o da própria sociedade e do grau de democracia que ela comporta. Um jornal, uma revista, uma programação de rádio ou televisão, contém, além de jornalismo, muitas outras coisas, inclusive opiniões.

Qualquer pessoa deveria ser inteiramente livre para ter e difundir opiniões. Para isso, não precisa de diploma, certificado, sinal ou prova pública, requisito escolar, documento formal ou coisa alguma. Opinião por opinião, a de um bóia-fria analfabeto é tão legítima quanto a de um doutor em Filosofia ou Ciência Política. No Brasil, os meios de comunicação - jornais, revistas, rádios e TVs -, na sua imensa maioria, são propriedade ou do Estado ou de empresários privados. São esses proprietários que podem ou não, nesse sistema, autorizar a divulgação de opiniões em seus veículos. Isso nada tem a ver com jornalismo ou diploma de jornalismo. Nem o diploma de jornalismo, nem a regulamentação da profissão de jornalista impedem ou sequer dificultam o direito de qualquer um emitir e difundir opiniões. É o regime de propriedade dos meios de comunicação que tem a ver com a liberdade e o direito de divulgar opiniões.

Palhaços, idiotas e picaretas, isso os há em qualquer profissão, ou atividade, com ou sem diploma, entre empregados e entre patrões, dentro e fora da academia. E de muitos deles é o reino dos céus, tanto no céu quanto na terra.

(Adaptado de ABRAMO, Perseu. www2.fpa.org/portal/module/news/article)

01 - No texto, a diferença entre uma atividade geral e uma profissão reside no caráter:

- (A) Amadorístico da segunda em oposição ao acadêmico da primeira;
- (B) Institucional da primeira em oposição ao marginal da segunda;
- (C) Libertário da segunda em oposição ao conservador da primeira;
- (D) Dispensável primeira em oposição ao essencial da segunda;
- (E) Impreciso da primeira em oposição ao sistemático da segunda.

GA17
ANALISTA DE GESTÃO - CONTADOR
PROCESSO DE GESTÃO DE AUDITORIA

02 - Da leitura do penúltimo parágrafo depreende-se que:

- (A) Exercício de opinião é direito exclusivamente garantido a poucos;
- (B) Emissão de opinião é direito irrestrito, mas o acesso à difusão é controlado;
- (C) Escolarização superior é pressuposto para o exercício do amplo direito de opinar;
- (D) Regulamentação do jornalismo é meio de coibir a difusão de opiniões indevidas;
- (E) Legitimidade de opinião não se restringe, mas é o diploma que garante direito à difusão.

03 - A *regra geral* referida no segundo parágrafo está adequadamente proposta em:

- (A) Atributos pessoais garantem a formação de um profissional prático;
- (B) Um bom jornalista deve ter atributos pessoais, formação e prática;
- (C) Qualquer pessoa jeitosa pode ser jornalista, mesmo que não tenha prática;
- (D) Treinamento, prática e atributos pessoais não substituem a formação acadêmica;
- (E) A prática e o treinamento podem valer por um curso superior não concluído.

04 - No texto, o vocábulo *diplomas* (L.50) relaciona-se sinonimicamente a:

- (A) *registro* (L.45);
- (B) *difusão* (L.46);
- (C) *prova* (L.51);
- (D) *informação* (L.57);
- (E) *liberdade* (L.79).

05 - A figura de linguagem que expressa a intenção do articulista no último parágrafo do texto é:

- (A) Pleonasma;
- (B) Apóstrofe;
- (C) Sinestesia;
- (D) Ironia;
- (E) Personificação.

06 - Considere as afirmativas:

- I - A regulamentação da profissão garante à sociedade o exercício ético do jornalismo.
- II - A formação preliminar é decorrente da natureza complexa do jornalismo.
- III - Atividades opinativas são, por definição, a razão de ser do jornalismo.

De acordo com o texto, é correto o que se afirma apenas em:

- (A) I e II;
- (B) II e III;
- (C) I;
- (D) II;
- (E) III.

07 - A expressão *atividades gerais* só **NÃO** é retomada pelo pronome:

- (A) *sua* (L.9);
- (B) *que* (L.12);
- (C) *Esta* (L.1);
- (D) *seu* (L.5);
- (E) *lhe* (L.6).

08 - Na frase *Basta-lhe algum atributo físico ou mental*, a regência do verbo bastar é a mesma de:

- (A) Exige-se atitude ética a todos os profissionais de imprensa;
- (B) Busca-se profissional experiente na área de jornalismo;
- (C) A sociedade respeita a quem exerce a profissão eticamente;
- (D) Convém debater a ideia da obrigatoriedade do diploma de jornalismo;
- (E) O texto se organiza de forma clara e objetiva.

09 - O termo sublinhado tem função adjetiva em:

- (A) Formação do profissional;
- (B) Diploma de jornalismo;
- (C) Divulgação de notícia;
- (D) Complexidade do mundo;
- (E) Direito de propriedade.

GA17
ANALISTA DE GESTÃO - CONTADOR
PROCESSO DE GESTÃO DE AUDITORIA

10 - A frase *Há exceções, mas estamos tratando da regra geral* está de acordo com as regras de concordância verbal do padrão escrito culto. Isso **NÃO** ocorre no item:

- (A) Faz meses que o texto foi publicado em jornal de grande circulação;
- (B) Sempre haverá de existir opiniões contrárias às veiculadas nos editoriais;
- (C) Nas redações, existem jornalistas especializados em todas as áreas;
- (D) Sem dúvida, devem haver meios de solucionar o impasse criado;
- (E) No artigo em análise, trata-se de questões referentes ao jornalismo.

11 - Mantendo o sentido do texto, a palavra *menoscabo* (L.9) pode ser substituída por:

- (A) Desperdício;
- (B) Demagogia;
- (C) Desconfiança;
- (D) Desvantagem;
- (E) Depreciação.

12 - O acento indicativo de crase foi corretamente empregado apenas em:

- (A) Não se referia àquilo que gerou a polêmica;
- (B) Os estudantes dispuseram-se à colaborar;
- (C) Ninguém dá importância à reclamações;
- (D) Aquela loja não vende à prazo;
- (E) Dirigi-me à pessoas que pareciam espertas.

13 - Considerando o trecho iniciado por *A tendência histórica* e terminado por *difusão das informações* (L.42/46), os dois pontos poderiam ser perfeitamente substituídos pela conjunção:

- (A) Embora;
- (B) Mal;
- (C) Entretanto;
- (D) Logo;
- (E) Pois.

14 - A alternativa que **CONTRARIA** a colocação pronominal exigida ao padrão escrito culto é:

- (A) Não espera-se unanimidade de opiniões a respeito deste tema;
- (B) O colunista vai enviar-lhe os textos no início da semana;
- (C) O público a quem se destina a reportagem é leigo em medicina;
- (D) Dever-se-ia discutir esse tema o mais amplamente possível na universidade;
- (E) Seu editor, que é experiente, foi-se tomando de fúria ao ouvir tal disparate.

15 - A alternativa que mantém a correção gramatical e o sentido original da frase *Qualquer pessoa deveria ser inteiramente livre para ter e difundir opiniões* é:

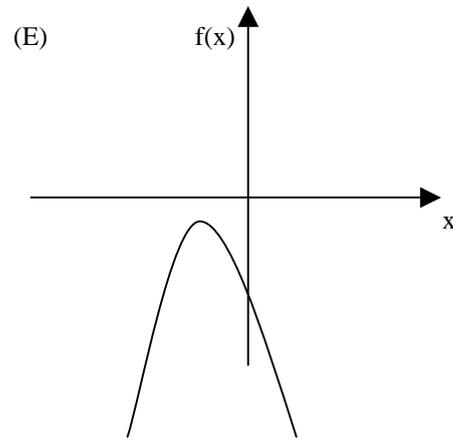
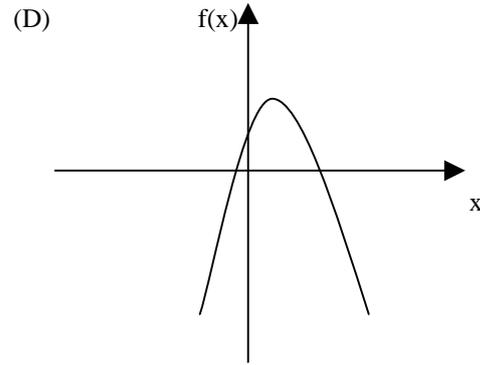
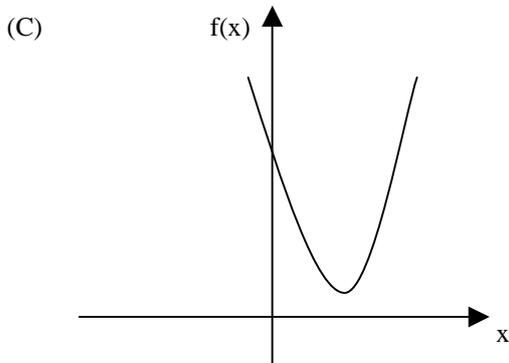
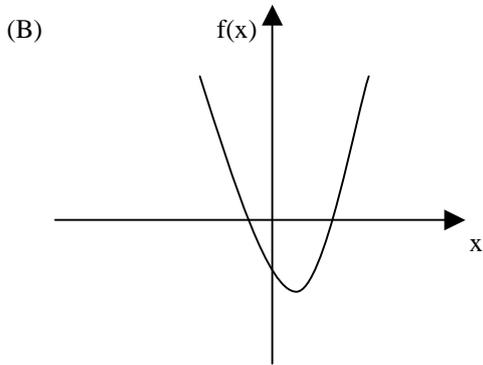
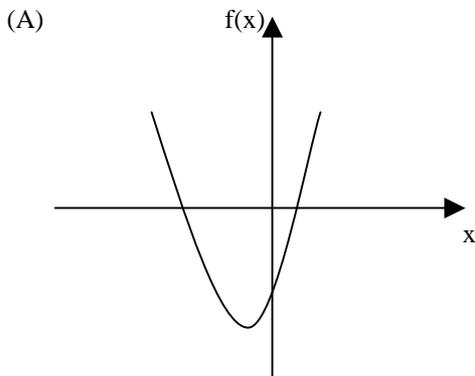
- (A) Qualquer pessoa inteiramente deveria ser livre para ter e difundir opiniões;
- (B) Qualquer pessoa deveria ser livre para ter e difundir inteiramente opiniões;
- (C) Qualquer pessoa deveria ser livre para ter e difundir opiniões inteiramente;
- (D) Qualquer pessoa deveria ser livre inteiramente para ter e difundir opiniões;
- (E) Inteiramente qualquer pessoa deveria ser livre para ter e difundir opiniões.

MATEMÁTICA

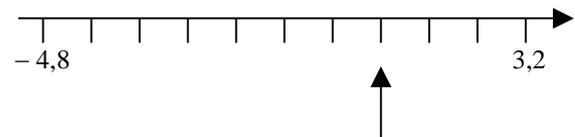
16 - O resultado de $5\sqrt{0,1}\sqrt{0,9}$ é:

- (A) 4,5
- (B) 15,0
- (C) 0,045
- (D) 1,5
- (E) 3,0

17 - O gráfico da função $f(x) = x^2 + 4x - 5$ é melhor representado por:



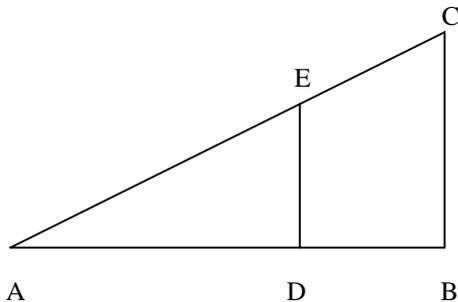
18 - Observe o segmento da reta numérica a seguir.



O número indicado pela seta é o:

- (A) 1,4
- (B) 1,6
- (C) 0
- (D) 0,8
- (E) 1,2

19 - Na figura a seguir o triângulo ABC é retângulo e o segmento DE é paralelo ao lado BC. A distância do ponto D ao ponto A é o dobro da distância do ponto D ao ponto B.



A área do trapézio DBCE é aproximadamente igual à seguinte porcentagem da área do triângulo ABC:

- (A) 66,7%
- (B) 77,8%
- (C) 36,6%
- (D) 50,0%
- (E) 55,6%

20 - Numa sala estão reunidos cinco técnicos e cinco engenheiros. Se duas pessoas distintas desse grupo são escolhidas ao acaso, a probabilidade de que ambos sejam técnicos é igual a:

- (A) $1/2$
- (B) $2/3$
- (C) $1/10$
- (D) $2/9$
- (E) $1/3$

21 - O preço de um produto sofreu um aumento de 15% num certo mês do ano passado. No início deste ano, com as boas vendas, o comerciante resolveu diminuir em 10% o preço praticado. Nesse caso, o preço inicial, antes do aumento, em relação ao preço final, após a redução, sofreu um aumento de:

- (A) 3,5%
- (B) 5,0%
- (C) 2,0%
- (D) 2,5%
- (E) 3,0%

22 - Seis amigos, três homens e três mulheres, devem sentar-se em seis cadeiras dispostas lado a lado em uma fileira de um cinema. O número de modos diferentes de as seis pessoas sentarem nesses seis lugares de modo que nem dois homens nem duas mulheres sentem lado a lado é igual a:

- (A) 64
- (B) 72
- (C) 12
- (D) 24
- (E) 36

23 - Os dados a seguir são as idades de dez pessoas:

32 35 27 56 42 19 21 23 54 21

A média e a mediana dessas idades são, respectivamente:

- (A) 33 e 29,5
- (B) 32 e 31,5
- (C) 33 e 30,5
- (D) 34 e 36,5
- (E) 32 e 38,5

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

24 - De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade da Auditoria Interna (NBC T 12), na aplicação dos testes de observância o auditor interno deve considerar o seguinte procedimento:

- (A) aplicação das técnicas de amostragem estatística para determinar a natureza do teste de auditoria ou o método de seleção dos itens a serem auditados;
- (B) definição da natureza dos exames amostrais e substantivos considerando legislação aplicável ao caso;
- (C) confirmação da autenticidade de registros, documentos e ativos tangíveis, baseados em informações e certificações digitais;
- (D) verificação e acompanhamento de processo ou procedimento quando de sua execução, considerando os riscos identificados no planejamento da auditoria;
- (E) obtenção de informações perante pessoas físicas ou jurídicas conhecedoras das transações e das operações, dentro ou fora da entidade.

25 - Sobre a auditoria interna é correto afirmar que:

- (A) deve ser documentada por meio de papéis de trabalho, elaborados apenas em meio físico, que devem ser organizados e arquivados de forma sistemática e funcional;
- (B) deve a análise dos riscos da Auditoria Interna ser feita na fase da execução dos trabalhos e estão relacionados à possibilidade de se atingir, de forma satisfatória, o objetivo dos trabalhos;
- (C) é exercida nas pessoas jurídicas de direito público, interno ou externo, e de direito privado, e obedecem as normas de contabilidade estabelecidas para as empresas privadas;
- (D) está estruturada em procedimentos, com enfoque técnico, objetivo, sistemático e disciplinado, e tem por finalidade agregar valor ao resultado da organização;
- (E) compreende os exames, análises, avaliações, levantamentos e comprovações, aleatoriamente selecionados para a avaliação da integridade das operações.

26 - Os papéis de trabalho da auditoria interna:

- (A) devem ser conferidos pelo supervisor da auditoria sendo utilizados para avaliação o desempenho do auditor na execução dos trabalhos;
- (B) servem de base para elaboração do relatório e das recomendações da auditoria e deverão ser divulgados para conhecimentos de todos os setores auditados;
- (C) constituem documentos e registros dos fatos, informações e provas, obtidos no curso da auditoria, a fim de evidenciar os exames realizados e dar suporte à sua opinião, críticas, sugestões e recomendações;
- (D) devem ter abrangência e grau de detalhes suficientes para propiciarem a compreensão da execução, da natureza, da legitimidade, da programação dos procedimentos de Auditoria Interna aplicados, bem como do julgamento exercido e do suporte das determinações alcançadas;
- (E) tem a função de comprovar os erros e fraudes verificados durante a execução da auditoria e devem permanecer com o auditor durante o período de 5 anos.

27 - Os exames preliminares das áreas, atividades, produtos e processos para definir a amplitude e a época do trabalho a ser realizado, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela administração da entidade, compreendem o:

- (A) planejamento da auditoria;
- (B) procedimento da auditoria;
- (C) programa da auditoria;
- (D) processo da auditoria;
- (E) escopo da auditoria.

28 - O relatório da auditoria interna deve abordar os aspectos a seguir relacionados, EXCETO:

- (A) a descrição dos fatos constatados e as evidências encontradas;
- (B) a forma de elaboração do planejamento e do programa de auditoria;
- (C) as conclusões e as recomendações resultantes dos fatos constatados;
- (D) os principais procedimentos de auditoria aplicados e sua extensão;
- (E) as eventuais limitações ao alcance dos procedimentos de auditoria.

GA17
ANALISTA DE GESTÃO - CONTADOR
PROCESSO DE GESTÃO DE AUDITORIA

29 - Os testes substantivos aplicados em auditoria interna visam:

- (A) a obtenção de informações perante pessoas físicas ou jurídicas conhecedoras das transações e das operações, dentro ou fora da entidade, através de investigação;
- (B) a definição da extensão da responsabilidade do auditor interno para requer o trabalho de especialistas;
- (C) a obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas de informação da entidade;
- (D) a verificação de registros, documentos e ativos tangíveis, por meio de inspeção de regularidade;
- (E) o acompanhamento de processo ou procedimento quando de sua execução, utilizando a técnica da observação.

30 - De acordo com a norma relativa ao controle interno aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade (NBC T 16.8) compreende finalidade do controle interno, EXCETO:

- (A) dar conformidade ao registro contábil em relação ao ato correspondente;
- (B) propiciar a obtenção de informação oportuna e adequada;
- (C) contribuir para a promoção da eficiência operacional da entidade;
- (D) confirmar práticas deficientes, ilegais, erros, fraudes, malversação, abusos, desvios, para aplicar as punições legais;
- (E) salvaguardar os ativos e assegurar a veracidade dos componentes patrimoniais.

31 - As informações que fundamentam os resultados da Auditoria Interna e que devem ser suficientes, fidedignas, relevantes e úteis, de modo a fornecer base sólida para as conclusões e recomendações à administração da entidade, são denominadas de:

- (A) evidências;
- (B) amostras;
- (C) relevâncias;
- (D) achados;
- (E) escopo.

32 - Como exemplo de papel de trabalho corrente podemos citar:

- (A) estatuto social;
- (B) contrato social;
- (C) programa de auditoria;
- (D) balancete contábil;
- (E) legislação.

33 - Em relação à Auditoria Interna **NÃO** é correto afirmar que:

- (A) apresenta subsídios para o aperfeiçoamento dos processos, da gestão e dos controles internos, por meio da recomendação de soluções para as não-conformidades apontadas nos relatórios;
- (B) obedece aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, das Normas Brasileiras de Contabilidade e da legislação tributária, trabalhista e societária;
- (C) compreende os exames, análises, avaliações, levantamentos e comprovações metodologicamente estruturados;
- (D) avalia a integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos;
- (E) visa assistir a administração da entidade no cumprimento de seus objetivos, sem prejuízo dos interesses dos clientes e fornecedores que acompanham a execução da auditoria.

34 - Avalie as afirmativas a seguir:

- I - A Auditoria Interna deve assessorar a administração da entidade no trabalho de prevenção de fraudes e erros e caso sejam detectados deve informar aos órgãos públicos para as providências penais.
- II - A Auditoria Interna tem a obrigação de informar a administração, sempre por escrito de maneira reservada, sobre quaisquer indícios ou confirmações de irregularidades detectadas no decorrer de seu trabalho.
- III - O erro compreende má interpretação de fatos na elaboração de registros, informações e demonstrações contábeis, bem como de transações e operações da entidade, tanto em termos físicos quanto monetários.
- IV - A fraude constitui ato não intencional de omissão e/ou manipulação de transações e operações, adulteração de documentos, registros, relatórios, informações e demonstrações contábeis, tanto em termos físicos quanto monetários.

Estão **INCORRETAS** as afirmativas:

- (A) II e IV;
- (B) I e IV;
- (C) I e II;
- (D) II e III;
- (E) I e III.

GA17
ANALISTA DE GESTÃO - CONTADOR
PROCESSO DE GESTÃO DE AUDITORIA

35 - São fatores relevantes que devem ser considerados na execução dos trabalhos da auditoria interna, EXCETO:

- (A) a existência de entidades associadas, filiais e partes relacionadas que estejam no âmbito dos trabalhos da Auditoria Interna;
- (B) o conhecimento detalhado das atividades operacionais e dos sistemas contábil e de controles internos e seu grau de confiabilidade da entidade;
- (C) o conhecimento do resultado e das providências tomadas em relação a trabalhos anteriores, semelhantes ou relacionados;
- (D) as orientações e as expectativas externadas pela administração aos auditores internos;
- (E) o uso do trabalho de especialistas com a condição de que tenham experiência em trabalhos da mesma natureza por um período não inferior a um ano.

36 - A obtenção e avaliação das informações sobre os assuntos relacionados aos objetivos e ao alcance da Auditoria Interna, deve observar os itens a seguir, EXCETO:

- (A) informação útil é a que auxilia a entidade a atingir suas metas;
- (B) informação conveniente é aquela que mesmo não sendo comprovada permite ao auditor formar sua opinião sobre as operações financeiras, que deve ser exposta em seu relatório;
- (C) informação suficiente é aquela que é factual e convincente, de tal forma que uma pessoa prudente e informada possa entendê-la da mesma forma que o auditor interno;
- (D) informação adequada é aquela que, sendo confiável, propicia a melhor evidência alcançável, por meio do uso apropriado das técnicas de Auditoria Interna;
- (E) informação relevante é a que dá suporte às conclusões e às recomendações da Auditoria Interna.

37 - Em relação ao método de amostragem sistemática é correto afirmar que:

- (A) para selecionar a amostra o auditor precisaria determinar que as unidades de amostragem da população não estão estruturadas de modo que o intervalo de amostragem corresponda a um padrão em particular da população;
- (B) a amostra é selecionada sem a aplicação de uma técnica estruturada, seguindo apenas a orientação do auditor;
- (C) a amostra é escolhida a partir da geração de números aleatórios que definem a sua população;
- (D) a seleção da amostra baseia-se em valores considerados relevantes definidos no planejamento da auditoria;
- (E) envolve a seleção de um ou mais blocos de itens a serem auditados contíguos da população.

38 - O relatório de auditoria deve observar os procedimentos a seguir, EXCETO:

- (A) deve ser redigido com objetividade e imparcialidade de forma a expressar claramente suas conclusões;
- (B) deve conter as eventuais limitações ao alcance dos procedimentos de auditoria;
- (C) deve ser apresentado a quem tenha solicitado o trabalho ou a quem este autorizar;
- (D) deve ser preservada a confidencialidade do seu conteúdo enquanto durar os trabalhos, inclusive para a administração da entidade, ainda que haja indícios de irregularidades;
- (E) pode ser emitido de forma parcial a critério da auditoria interna.

39 - Deficiência significativa de controle interno é a deficiência ou a combinação de deficiências que, no julgamento profissional do auditor, é de importância suficiente para merecer a atenção dos responsáveis. São exemplos de assuntos que o auditor pode considerar ao determinar se a deficiência ou a combinação de deficiências de controle interno constitui deficiência significativa, EXCETO:

- (A) a importância dos controles para o processo de elaboração de demonstrações contábeis;
- (B) a subjetividade e a complexidade da determinação de valores estimados, como estimativas contábeis a valor de mercado;
- (C) a probabilidade das deficiências permitirem a distorção relevante nas operações da entidade, no passado, no presente e no futuro;
- (D) a susceptibilidade à perda ou à fraude do respectivo ativo ou passivo;
- (E) os valores das demonstrações contábeis expostos às deficiências.

40 - Sobre a auditoria do setor público é **NÃO** é correto afirmar que:

- (A) a auditoria pública é exercida por auditores independentes contratados mediante o processo licitatório na modalidade de concurso;
- (B) os auditores do setor público podem ter que comunicar as deficiências significativas ao órgão legislativo ou outro órgão executivo;
- (C) o Tribunal de Contas, para o exercício do controle externo, realiza auditorias em auxílio ao Ministério Público;
- (D) a lei, o regulamento pode determinar que os auditores do setor público comuniquem deficiências de controle interno, independentemente da importância dos possíveis efeitos dessas deficiências;
- (E) a legislação pode requerer que os auditores do setor público comuniquem assuntos relacionados a controles internos de forma mais ampla.

GA17
ANALISTA DE GESTÃO - CONTADOR
PROCESSO DE GESTÃO DE AUDITORIA**ATENÇÃO:**

Com base nos dados contábeis da Cia. Fabelleluw, a seguir, responda às questões **41**, **42** e **43**:

ATIVO	PASSIVO
Disponib. - 900.000	Circulante - 400.000
Estoques - 1.200.000	Exig. Longo Prazo 2.000.000
Real.Longo Prazo - 500.000	Patrim.Líquido - 900.000
Imobilizado - 700.000	
Total - 3.300.000	3.300.000

41 - A liquidez imediata representa:

- (A) 2,80;
- (B) 3,25;
- (C) 5,25;
- (D) 1,08;
- (E) 2,25.

42 - A liquidez corrente:

- (A) 2,80;
- (B) 3,25;
- (C) 5,25;
- (D) 1,08;
- (E) 2,25.

43 - A garantia de capital de terceiros a Longo Prazo representa:

- (A) 0,90;
- (B) 1,25;
- (C) 0,45;
- (D) 2,25;
- (E) 3,25.

44 - De acordo com a Resolução 1.111/07, do CFC-Conselho Federal de Contabilidade, o princípio da Entidade se afirma, para o ente público, pela autonomia e responsabilização do patrimônio a ele pertencente. Já a autonomia patrimonial tem origem na destinação social do patrimônio e a responsabilização pela:

- (A) obrigatoriedade parcial da prestação de contas pelos servidores públicos;
- (B) obrigatoriedade da prestação de contas pelos agentes públicos;
- (C) obrigatoriedade da prestação de contas pela sociedade;
- (D) obrigatoriedade da prestação de contas pelos servidores públicos;
- (E) obrigatoriedade relativa da prestação de contas pelos agentes públicos.

45 - O CFC-Conselho Federal de Contabilidade descreve que o registro compreende os elementos quantitativos e qualitativos, contemplando os aspectos físicos e monetários. Isso ocorre em função da aplicação do princípio:

- (A) da essência;
- (B) da atualização monetária;
- (C) da competência;
- (D) da oportunidade;
- (E) da entidade.

46 - A legislação societária atual estabelece que: "Serão classificadas, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo. A classificação referida é referente a:

- (A) avaliação patrimonial;
- (B) ajustes de avaliação patrimonial;
- (C) ações em tesouraria;
- (D) reserva de incentivos fiscais;
- (E) investimentos.

47 - Observe a relação de contas extraídas dos livros contábeis da Cia. Isalu, a seguir:

Contas	Saldos
Reservas de capital	110.500,00
INSS a Recolher	65.799,00
Reserva Legal	7.600,00
Adiantamento de Clientes	8.800,00
Capital Social	155.200,00
Ações em Tesouraria	290.700,00
Investimento Permanente	301.500,00
Reserva de Incentivos Fiscais	205.200,00
ajustes de avaliação patrimonial (Sd devedor)	150.850,00
Investimento em Ações Temporárias	215.500,00

O total do Patrimônio Líquido, de acordo com a Legislação Societária vigente, é:

- (A) R\$ 327.650,00;
- (B) R\$ 46.950,00;
- (C) R\$ 920.050,00;
- (D) R\$ 36.950,00;
- (E) R\$ 478.500,00.

48 - O produto da alienação de partes beneficiárias e bônus de subscrição serão classificados como:

- (A) reserva de ajustes patrimoniais;
- (B) reserva de capital;
- (C) reserva de incentivos fiscais;
- (D) reserva de reavaliação;
- (E) reserva legal.

CONHECIMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

49 - Os órgãos públicos classificam-se de acordo com a situação estrutural em:

- (A) singulares e coletivos;
- (B) instrutivos e deliberativos;
- (C) executivos e normativos;
- (D) diretivos e subordinados;
- (E) diretos e indiretos.

50 - A classificação dos atos administrativos obedece a variados critérios. Segundo o critério da liberdade de ação, os atos podem ser:

- (A) constitutivos e declaratórios;
- (B) revogáveis e irrevogáveis;
- (C) gerais e individuais;
- (D) de império e de gestão;
- (E) vinculados e discricionários.

51 - O contrato administrativo pelo qual a administração pública transfere à pessoa jurídica ou a consórcio de empresas a execução de certa atividade de interesse público remunerada através do sistema de tarifas pagas pelos usuários é:

- (A) cessão de uso de bens públicos comuns;
- (B) concessão de serviço público comum;
- (C) permissão de uso de bens públicos especiais;
- (D) cessão de uso de serviços públicos comum;
- (E) concessão de serviço público especial.

52 - A Lei Federal 8666/93 estabelece que as compras, sempre que possível, deverão:

- (A) balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública, e caso tenham sido processadas pelo sistema de registro de preços o prazo de validade será por dois anos;
- (B) submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado, ficando a administração obrigada a firmar contratos com as empresas vencedoras do registro de preços;
- (C) ser processadas através de sistema de registro de preços, que deverá ser realizado por meio de licitação na modalidade de tomada de preços, do tipo menor preço;
- (D) atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas;
- (E) ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando alcançar o menor preço, mesmo com prejuízo da quantidade do material.

53 - Compreende caso de inexigibilidade de licitação, de acordo com a Lei 8666/93:

- (A) para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;
- (B) na contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica;
- (C) quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;
- (D) quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional;
- (E) para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades preçúpuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado.

54 - A respeito dos contratos administrativos, a Lei Federal 8666/93 estabelece que:

- (A) o instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, e facultado nas dispensas e inexigibilidades de licitação independentemente do seu valor;
- (B) os contratos poderão ser alterados, com as devidas justificativas, unilateralmente pela Administração, quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- (C) a duração dos contratos administrativos ficará adstrita à vigência dos créditos orçamentários, ressalvadas as exceções previstas na lei;
- (D) os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, em qualquer situação;
- (E) a critério da autoridade competente, em cada caso, mesmo sem previsão no instrumento convocatório, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.

55 - São deveres fundamentais do servidor público, de acordo com o Decreto n.º 1.171/94, EXCETO:

- (A) ser cortês, ter urbanidade, disponibilidade e atenção, respeitando a capacidade e as limitações individuais de todos os usuários do serviço público, sem qualquer espécie de preconceito ou distinção de raça, sexo, nacionalidade, cor, idade, religião, cunho político e posição social, abstando-se, dessa forma, de causar-lhes dano moral;
- (B) exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário;
- (C) ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem individual;
- (D) jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo;
- (E) resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais, ilegais ou aéticas e denunciá-las.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

56 - Considere os seguintes padrões e tecnologias de conectividade de periféricos:

- I - IDE
- II - SATA
- III - SCSI

Das opções listadas, a(s) que permite(m) a conexão de discos rígidos é(são):

- (A) apenas II e III;
- (B) I, II e III;
- (C) apenas I;
- (D) apenas II;
- (E) apenas III.

57 - No sistema operacional Windows XP, ao se “arrastar” um arquivo com o botão esquerdo do mouse de uma pasta para outra pasta que esteja vazia, no mesmo volume de disco, ocorrerá o seguinte resultado:

- (A) o arquivo será removido sem ser colocado na Lixeira (Recycle Bin);
- (B) o nome da pasta destino será modificado para o nome da pasta origem;
- (C) o arquivo passará a ser não visível (*hidden*);
- (D) o arquivo será movido para a pasta destino;
- (E) o arquivo será copiado para a pasta destino.

58 - Ao se instalar de forma completa o pacote Microsoft Office 2003 em um microcomputador que esteja executando o sistema operacional Windows XP, uma das extensões de arquivos que ficará associada ao programa Excel será:

- (A) .xls;
- (B) .off;
- (C) .doc;
- (D) .pps;
- (E) .exc.

59 - O ícone , que faz parte do Word 2003, ao ser aplicado sobre um trecho selecionado de texto executa a seguinte função:

- (A) remove espaços em branco repetidos;
- (B) ordena as palavras em ordem alfabética;
- (C) alinha o texto à esquerda;
- (D) numera as linhas ímpares;
- (E) numera as linhas pares.

60 - O “Histórico” do navegador (*browser*) Windows Internet Explorer armazena as seguintes informações:

- (A) versões do Internet Explorer que estão disponíveis neste computador;
- (B) registro de consumo de memória e CPU do Internet Explorer;
- (C) atualizações recentes baixadas via Windows Update;
- (D) lista de sites (páginas) visitadas recentemente;
- (E) usuários que fizeram executaram o Internet Explorer recentemente.



Concursos

BIORIO *CONCURSOS*

Av. Carlos Chagas Filho, 791 - Cidade Universitária - Ilha do Fundão – RJ

Central de Atendimento: (21) 3525-2480

Internet: <http://concursos.biorio.org.br>

E-mail: trensurb2009@biorio.org.br